



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026
(Do Sr. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)

Requer a realização de audiência pública para debater o tema do “Combate ao furto e roubo de cabos”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – CSPCCO, para debater o tema do “**Combate ao furto e roubo de cabos**”. Para participar do debate convidamos representantes do(a):

1. Ministério da Justiça e Segurança Pública;
2. Representante do Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
3. Sr. Enio Rodrigues, Diretor-Executivo do Sindicel.
4. Representante da ABRADÉE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.
5. Representante da Associação XXX
6. Representante da Associação XXX.

JUSTIFICAÇÃO

O enfrentamento ao roubo e furto de cabos no Brasil exige a participação de entidades técnicas que conheçam a fundo, a cadeia produtiva, os impactos da ilegalidade e os riscos associados ao uso de materiais irregulares. Nesse contexto, a inclusão do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo – Sindicel no debate é essencial.

Segundo o próprio Sindicel, cerca de 30% do cobre em circulação no país





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 – Brasília-DF

tem origem ilícita, alimentando um mercado que movimenta aproximadamente R\$ 2,4 bilhões por ano e impacta diretamente a segurança de milhões de brasileiros. Esses materiais ilegais resultam em cabos fora da norma, com menor quantidade de cobre, substituição irregular por alumínio e outras fraudes que provocam superaquecimentos, curtos-circuitos, incêndios e até mortes.

Além do prejuízo econômico e do incentivo à criminalidade, o mercado ilegal afeta diretamente a infraestrutura urbana, os serviços públicos e a segurança das instalações residenciais e industriais. O Sindicel reúne conhecimento técnico, estudos setoriais e experiência prática que contribuem para identificar a origem dos problemas, propor mecanismos eficazes de fiscalização e orientar políticas públicas capazes de reduzir riscos e proteger a população.

A participação do Sindicel no debate legislativo e institucional sobre o tema é, portanto, fundamental para subsidiar decisões baseadas em evidências, fortalecer a atuação fiscalizatória, aprimorar o arcabouço normativo e enfrentar, de forma estruturada, um fenômeno que envolve crime organizado, perdas econômicas expressivas e graves riscos à vida.

Diante desse cenário, a realização da presente audiência pública mostra-se essencial para reunir subsídios técnicos qualificados, identificar fragilidades regulatórias e discutir medidas concretas de prevenção, fiscalização e repressão, contribuindo para o enfrentamento efetivo do problema.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 2026.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ

(PL-SP)

